



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
AGO 2023**



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ 90.076.886/0001-40
NIRE 43300031161
Companhia Aberta – Código CVM 13.765
Código de negociação na B3: MNPR3

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
VERSÃO 2**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

28 DE ABRIL DE 2023

Av. Senador Alberto Pasqualini, nº 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado/RS

Lajeado (RS), 28 de março de 2023.

Prezados Acionistas,

Os Administradores da Minupar Participações S.A. (“Minupar” ou “Companhia”) submetem à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28/04/2023, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2022, nos termos do item 02, do Anexo C, da Instrução CVM nº 80, de 29/03/2022 (Formulário de Referência), **Anexo I** ao presente documento.

O Edital de Convocação para esta Assembleia Geral Ordinária foi publicado contendo os seguintes assuntos na ordem do dia:

- (a) analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2022;
- (b) deliberar acerca da composição do Conselho de Administração da Companhia e realizar a eleição dos seus membros;
- (c) fixar a remuneração global dos Administradores para o ano de 2023; e,
- (d) se instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76

A seguir, apresentamos a presente Proposta da Administração englobando assuntos a serem deliberados na Ordem do Dia e as demais informações necessárias para análise das matérias pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Desde já, colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Cordialmente,

Administração da Minupar Participações S.A.

SUMÁRIO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras	4
(B) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração	5
(C) Proposta para a remuneração global dos Administradores	7
(D) Proposta para a remuneração global dos Conselheiros Fiscais	7
(E) Proposta para eleição de Conselheiros Fiscais	8
Informe sobre a destinação do lucro líquido	8
ESCLARECIMENTOS FINAIS	8
Anexo I - Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência	9
Anexo II – Informações dos candidatos indicados para a eleição de membros do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	20
Anexo II-A – Informações dos candidatos indicados para a eleição de membros do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	22
Anexo III – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência	26

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023:

- (A) Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, constantes nos anexos;
- (B) Deliberar sobre a quantidade de membros para compor o Conselho de Administração e eleger os membros do Conselho de Administração pelo mandato de um ano;
- (C) Aprovar a remuneração global dos membros da Administração em até R\$ 700.000,00 para o ano de 2023, a ser individualizada pelo Conselho de Administração, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária;
- (D) Caso seja instalado o Conselho Fiscal, em cumprimento a pedido de acionistas nos termos da lei, aprovar a remuneração global dos membros da Administração em até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o ano de 2023, a ser individualizada até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Em atenção ao art. 201 da Lei 6.404/76, a Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos, motivo pelo qual, o emissor deixa de apresentar o Anexo A, da Resolução CVM nº 81.

As propostas da Administração para a deliberação dos itens citados, bem como as informações sobre cada uma das matérias serão detalhadas a seguir.

(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia apresentou as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2022, bem como, o Relatório dos

Administradores, dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, divulgados em 10/03/2023.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, havendo manifestação favorável do órgão colegiado pela aprovação dos documentos aqui mencionados, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram, de forma unânime e sem restrições, pela aprovação destes, declarando que as Demonstrações Financeiras, suas respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Tais documentos foram devidamente disponibilizados aos acionistas no site da CVM, da Bolsa de Valores (B3), na página da internet da Companhia, seguindo as disposições específicas, e as informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência são apresentadas como **Anexo I** deste documento.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram também publicados de forma resumida na versão física do Jornal A Hora e na íntegra na página da internet do referido Jornal, sendo ainda disponibilizados na sua sede social, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, Lajeado, RS.

(B) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração, pessoas naturais e residentes neste país. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Neste sentido, a Administração propõe a eleição de 05 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração.

Em sendo requerida a eleição em separado, serão eleitos 04 (quatro) membros em eleição geral e mais 01 (um) membro a ser eleito pelos acionistas minoritários em votação em separado.

Os cargos de Presidente e de Vice-presidente serão definidos por eleição entre os próprios membros do Conselho de Administração, a ser realizada na primeira Reunião do Órgão que suceder a Assembleia.

As informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no **Anexo II** do presente documento.

As informações sobre requerimentos e indicações de acionistas, inclusive quanto à indicação de candidatos, serão divulgadas por meio de Aviso aos Acionistas, cumprindo o disposto no art. 37º, da Resolução CVM nº 81 e no Ofício Circular Anual.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração pela Administração:

Os indicados pela Administração da Companhia para os cargos de Conselheiros de Administração são:

- (i) **Sra. Chao En Hung;**
- (ii) **Sra. Margareth Schacht Herrmann;**
- (iii) **Sra. Livia Toshie Suguita Chao; e**
- (iv) **Sr. Francisco Asclépio Barroso Aguiar.**

Requerimento de acionistas minoritários para eleição em separado para o Conselho de Administração com indicação de candidato:

Requerida por acionistas minoritários a eleição em separado para o Conselho de Administração, nos termos do Aviso aos Acionistas divulgado em 1º de abril de 2023, com a indicação do **Sr. André Rafael de Oliveira** e pedido de inclusão do candidato no Boletim de Voto à Distância. O currículo foi incluído como anexo do referido aviso aos acionistas.

(C) Proposta para a remuneração global dos Administradores

De acordo com a determinação da Lei 6.404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária proposta de fixar o montante de até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) de remuneração global dos membros da Administração para o ano de 2023, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Nos termos do art. 22, “h”, do Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração proceder a individualização da remuneração dos Administradores dentro dos limites estabelecidos na Assembleia Geral, o que deverá ocorrer na primeira reunião realizada pelo órgão após a Assembleia.

As informações referentes ao item 08 do Formulário de Referência estão inseridas no **Anexo III** do presente documento.

(D) Proposta para a remuneração global dos Conselheiros Fiscais

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Conforme o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, com mandato de 01 (um) ano.

A instalação do Conselho Fiscal se dará mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, 4% (quatro por cento) de ações com direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70. Caso isso ocorra, será submetida à Assembleia Geral Ordinária proposta de fixar o montante de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2023, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária, a ser distribuído entre os conselheiros fiscais eleitos.

(E) Proposta para eleição de Conselheiros Fiscais

Requerida a instalação do Conselho Fiscal nos termos do Aviso aos Acionistas divulgado em 1º de abril de 2023, com a indicação da **Sra. Maria Elvira Lopes Gimenez** como candidata efetiva ao Conselho Fiscal e do **Sr. Murici dos Santos** como candidato suplente. Os currículos foram inseridos como anexos do referido aviso aos acionistas.

A Administração da Companhia propõe que sejam eleitos 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal neste mandato. Os indicados pela Administração para os demais cargos de Conselheiros Fiscais são: (os currículos foram incluídos no Anexo II-A)

(i) **Sr. Celso Cândido Filho;**

Suplente: **Sra. Amanda Lopes Gimenez Masseu;**

(ii) **Sr. Henrique Barcelos Ercoli;**

Suplente: **Sra. Maria Aparecida Gomes Siqueira.**

Informe sobre a destinação do lucro líquido

Em atenção ao art. 201 da Lei 6.404/76, a Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos, motivo pelo qual, o emissor deixa de apresentar o Anexo A, Resolução CVM nº 81.

ESCLARECIMENTOS FINAIS

Nos termos da Resolução CVM 81, os documentos necessários para participação em Assembleia foram disponibilizados através da divulgação do Manual para Participação em Assembleia nas páginas eletrônicas da Companhia (www.minupar.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

28 de março de 2023.

Administração da Minupar Participações S.A.

Anexo I - Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capital próprio (patrimônio líquido)	(336.085)	(344.161)	(375.709)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	633.973	611.092	619.832
Capital total (próprio + terceiros)	297.888	266.931	244.123
Parcela de capital próprio	-112,82%	-128,93%	-153,90%
Parcela de capital de terceiros	212,82%	228,93%	253,90%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais;

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA ajustado	69.221	52.359	44.283
Resultado Financeiro	30.934	12.834	14.350
Índice de cobertura	2,24	4,08	3,09

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Barrisul - Consórcio	126	107	160	250
Total	126	107	160	250

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O emissor não possui financiamentos, apenas uma operação de consórcio, conforme já detalhado no item anterior.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Não se aplica.

2.2. Os diretores devem comentar:**a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2022	2021	2020
Industrializados	205.329	178.021	135.197
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	186.075	165.787	143.160
Total	391.404	343.808	278.357

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**Receita Líquida**

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 365.740 (R\$ 319.644 em 2021), resultando em um aumento percentual de 14%, ocorrido basicamente pelos seguintes fatores:

- a) Volume de venda de embutidos do período de 2022 foi de aproximadamente 1,6 toneladas a maior do que do mesmo período em 2021;
- b) Reajuste de contrato de prestação de serviços para outra empresa do ramo; e
- c) Alteração no formato de comercialização de embutidos para Mercado Externo, de forma

que a maior parte das vendas realizadas em 2022 tem ocorrido pela modalidade CFR – Cost and Freight, ao passo que no ano anterior, a maioria das vendas era praticada na forma FOB – Free On Board, e devido a este motivo, os custos logísticos com fretes são repassados no preço final ao cliente, ocasionado um aumento na receita líquida e consequentemente na rubrica de “Despesas com Vendas”.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2022 foram de R\$ 29.961 e para o exercício de 2021 foram de R\$ 20.408, equivalentes a 8,19 % e 6,38 % respectivamente da receita operacional líquida.

Os principais motivos que ocasionaram a elevação de despesas de vendas em 2022, quando comparadas com as despesas de vendas de 2021, referem-se:

- (i) Aumento de preço sobre fretes rodoviários, fretes marítimos e custos aduaneiros, todos estes condicionados e atrelados a cotação do dólar e escassez de disponibilidade de containers, o que é de fundamental importância para viabilização das vendas junto ao Mercado Externo;

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 8,19% em 2022 e 6,38% em 2021, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2022	2021
Receita Líquida	365.740	319.644
Despesas com Vendas	29.961	20.408
Relação %	8,19%	6,38%

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As variações de taxa cambial registradas no exercício de 2021 decorreram dos efeitos ainda oriundos da pandemia Covid-19, e em relação ao exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições, os efeitos destas variações de taxas de câmbio foram devidamente registrados e demonstrados nas notas explicativas nº 27 e 28.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A

tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta	391.404	343.808	278.357
Receita Líquida	365.740	319.644	259.813
Lucro Bruto	104.240	80.061	73.457
Resultado Operacional	43.926	55.513	37.873
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	6.555	33.810	16.573
EBITDA Ajustado	69.221	52.359	44.283
Prejuízo por Ação	0,9232	4,7619	2,3342

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada, e nenhuma ênfase.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais

medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas

financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Medições não contábeis	31/12/22	31/12/21	31/12/20
EBIT	43.926	55.513	37.873
EBITDA	50.943	61.921	44.283
EBITDA ajustado	69.221	52.359	44.283

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/22	31/12/21	31/12/20
Lucro (prejuízo) líquido	6.555	33.810	16.573
(+ / -) Impostos correntes / (Impostos diferidos)	6.437	8.869	6.950
(+ / -) Resultado financeiro	30.934	12.834	14.350
EBIT	43.926	55.513	37.873
(+) Depreciações e amortizações	7.017	6.408	6.410
EBITDA	50.943	61.921	44.283
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	18.278	(9.562)	-
EBITDA ajustado	69.221	52.359	44.283

(a) Os valores demonstrados no quadro acima referente ao exercício de 2022, classificados como “eventos não recorrentes” referem-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (*Impairment*)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos grupos de outras receitas e despesas operacionais, conforme notas explicativas nº 25 e nº 26, respectivamente. Em relação ao exercício de 2021, o montante de R\$ 9.562 refere-se ao valor apurado referente a créditos fiscais de ICMS na base do PIS e COFINS, conforme informação divulgada em nota explicativa nº 7 – Impostos a Recuperar.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais,

indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos a conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 (três) anos não foram distribuídos dividendos.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Não se aplica, pois o emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2022 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 10.520 mil (R\$ 4.119 mil em 2021). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Durante o ano não ocorreu produção de novos produtos.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Durante o ano não ocorreu nenhuma pesquisa

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Durante o ano não ocorreu nenhum novo projeto.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em relação as práticas de ASG, a Companhia busca se aperfeiçoar em procedimentos e melhorias relacionadas ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança, deste modo, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade. No entanto por se tratar de um assunto novo, a Companhia está realizando o mapeamento dos processos afim de verificar quais pontos de melhorias poderão ser aprimorados.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas os fatores considerados relevantes pelo emissor, foram descritos nos itens anteriores.

Anexo II – Informações dos candidatos indicados para a eleição de membros do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

(i) Nome: Chao En Hung

Data de nascimento: 09/03/1965

Profissão: Empresária

CPF: 050.245.498-99

Cargo eletivo ocupado atualmente: Presidente do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18/06/2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Agropecuarista há 36 anos, trabalhou no mercado financeiro por 18 anos e atualmente atua como Diretora contratada pela Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta da Minupar.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Livia Toshie Suguita Chao, Conselheira da Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Margareth Schacht Herrmann

Data de nascimento: 09/08/1983

Profissão: Química Industrial de Alimentos

CPF: 002.407.460-82

Cargo eletivo ocupado atualmente: Vice-Presidente do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18/06/2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Atua há 17 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. Desde abril de 2016 é Diretora da Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(iii) Nome: Livia Toshie Suguita Chao

Data de nascimento: 13/01/1962

Profissão: Empresária

CPF: 076.434.648-20

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 14/12/2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro. Foi eleita como Conselheira de Administração da Companhia em 18/06/2021 até 27/04/2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Chao En Hung, Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(iv) Nome: Francisco Asclépio Barroso Aguiar

Data de nascimento: 19/02/1961

Profissão: Engenheiro Mecânico-Nuclear e Matemático

CPF ou número do passaporte: 170.810.253-15

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Sim

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28/04/2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A; La Fonte Investimentos S.A; La Fonte Telecomunicações S.A; Jereissati Telecom S.A; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Companhias abertas com Registro na CVM. Coordenador de Projetos de Grande Porte de 2003 a 2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Anexo II-A – Informações dos candidatos indicados para a eleição de membros do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Efetivos:

(i) Nome: Celso Cândido Filho

Data de nascimento: 22/10/1958

Profissão: Advogado

CPF: 003.579.218-36

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18/06/2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Trabalhou na Bolsa por 25 anos como operador de pregão. Advogado autônomo desde 2002, inscrito na OAB/SP sob o nº 197.336.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Henrique Barcelos Ercoli

Data de nascimento: 11/08/1983

Profissão: Advogado

CPF: 326.166.028-73

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28/04/2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Advogado com atuação de 15 anos em Direito Tributário e Direito Empresarial, formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID em dezembro de 2006, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo sob o nº 256.951 desde 20/04/2007. Sócio proprietário do escritório de advocacia ERCOLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ nº. 25.377.793/0001-93. Sócio proprietário da empresa de Consultoria ENGIER CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 08.464.038/0001-27. Sócio proprietário da empresa SAFH - GESTAO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.283.119/0001-42.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(iii) Nome: Henrique Barcelos Ercoli

Data de nascimento: 11/08/1983

Profissão: Advogado

CPF: 326.166.028-73

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28/04/2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Advogado com atuação de 15 anos em Direito Tributário e Direito Empresarial, formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID em dezembro de 2006, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo sob o nº 256.951 desde 20/04/2007. Sócio proprietário do escritório de advocacia ERCOLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito

no CNPJ nº. 25.377.793/0001-93. Sócio proprietário da empresa de Consultoria ENGIER CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 08.464.038/0001-27. Sócio proprietário da empresa SAFH - GESTAO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.283.119/0001-42.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Suplentes:

(i) Nome: Amanda Lopes Gimenez Masseu

Data de nascimento: 07/01/1992

Profissão: Psicóloga e Neurocoaching

CPF: 386.671.278-25

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro suplente do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28/04/2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Desde 2018 atua como Neurocoaching e Mediadora empresarial.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Maria Aparecida Gomes Siqueira

Data de nascimento: 20/09/1968

Profissão: Administradora

CPF: 362.605.921-91

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro suplente do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18/06/2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Formada na Faculdade Superior FMV em 2004 – São Paulo. Pós Graduação Administração Hospitalar – Faculdade São Camilo – São Paulo -2007; Trabalhou na Empresa Solidez por 13 anos e atualmente é empresária.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Anexo III – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência

1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia não formalizou Política de Remuneração dos Administradores, sendo que as práticas utilizadas se alinham aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

A definição da remuneração leva em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, assim como, especialmente, as condições financeiras da Companhia.

A remuneração proposta para os membros a serem eleitos na Assembleia Ordinária de 2023, leva em consideração as condições da Companhia e o trabalho que é realizado pelos Administradores, tendo sido reajustada após vários anos sem atualização.

c. composição da remuneração:

A remuneração anual é composta de honorários mensais fixos e 13º salário no mês de dezembro, podendo ainda, eventualmente, ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, considerando o resultado alcançado pela Companhia no exercício social, até o limite aprovado em Assembleia Geral.

Para o ano corrente, foi previsto o pagamento de bonificação semelhante àquela realizada nos últimos dois exercícios sociais.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores é suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (em reais):

Previsão 2023	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Salário ou pró-labore	325.000	130.000	159.000	614.000
Bônus	100.000	40.000	-	140.000
Total da remuneração	425.000	170.000	159.000	754.000

Valores 2022	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Salário ou pró-labore	134.967	52.000	78.067	265.033
Bônus	16.333	8.000	-	24.333
Total da remuneração	151.300	60.000	78.067	289.367

Valores 2021	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	11
Salário ou pró-labore	121.474	60.867	44.600	226.941
Bônus	24.000	8.000	-	32.000
Total da remuneração	145.474	68.867	44.600	258.941

Valores 2020	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	3	2	0	5
Salário ou pró-labore	190.152	52.000	-	242.152
Total da remuneração	190.152	52.000	-	242.152

3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos anos de 2021 e 2022, foi aprovado o pagamento de bônus aos Administradores em Reunião do Conselho de Administração, no valor de duas remunerações efetuado no mês de dezembro. Referida bonificação não foi concedida aos membros do Conselho Fiscal.

Valores 2022	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	8
Valor total reconhecido	16.333	8.000	-	24.333

Valores 2021	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	8
Valor total reconhecido	24.000	8.000	-	32.000

4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 5 a 11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha, direta ou indiretamente, 2.388.437 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria detinha 10 ações ordinárias. O Conselho Fiscal não detinha ações.

Os membros da chapa para o Conselho de Administração proposta pela Administração, a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2023, detêm 2.424.237 ações em 27/03/2023.

14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

15. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Diretoria Estatutária

ANO	PREVISTO 2023	2022	2021	2020
Nº de membros	2	2	2	2
Nº membros remunerados	2	2	2	2
Valor da maior remuneração (R\$)	85.000	30.000	30.000	26.000
Valor da menor remuneração (R\$)	85.000	30.000	30.000	26.000
Valor médio da remuneração (R\$)	85.000	30.000	34.433	26.000

Conselho de Administração

ANO	PREVISTO 2023	2022	2021	2020
Nº de membros	5	5	6	3
Nº membros remunerados	5	5	6	3
Valor da maior remuneração (R\$)	85.000	30.000	30.000	63.208
Valor da menor remuneração (R\$)	85.000	30.000	30.000	56.000
Valor médio da remuneração (R\$)	85.000	30.260	25.246	63.384

Conselho Fiscal

ANO	PREVISTO 2023	2022	2021
Nº de membros	3	3	3
Nº membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração (R\$)	53.000	26.000	14.867
Valor da menor remuneração (R\$)	53.000	26.000	14.867
Valor médio da remuneração (R\$)	53.000	26.022	14.867

Observações: conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.

De modo diverso, em 2021, o Conselho Fiscal foi instalado apenas no mês de junho, portanto foi considerado o período parcial.

16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

A Companhia não dispõe de instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de

administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:

Órgão	2022	2021	2020
Conselho de Administração	45,63%	46,56%	33,52%
Diretoria Executiva	-%	12,87%	-%
Conselho Fiscal	-%	-%	-%

18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

No exercício social de 2021 foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$150.000,00 ao Vice-Presidente do Conselho de Administração à época, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6 (descrito no item 4.3 deste Formulário), como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam.

19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.